



PROGRAMA DE GOVERNO

ELEIÇÕES 2020

RESOLUÇÃO SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

A 30ª Conferência Nacional do Partido da Causa Operária delibera, adotando como resolução para todo o Partido em todo o País, as seguintes questões em relação ao pleito municipal previsto para outubro de 2020:

NOSSA TÁTICA ELEITORAL

Sobre a tática revolucionária nas eleições: defesa da revolução e do socialismo

Os problemas fundamentais do País e da classe trabalhadora não podem ser resolvidos através de reformas advindas das instituições políticas controladas pela classe dominante, nem mesmo pela pressão das massas exercidas sobre estas instituições, mas apenas pela revolução de todo o povo, dirigida pela classe operária.

A experiência recente demonstrou que a chegada de um partido de esquerda ou popular ao governo, como vemos nos quatro governos do



PT, não é capaz de modificar de maneira decisiva a sorte do povo trabalhador, nem evoluir para a independência do País em relação ao imperialismo.

Sendo assim, para um partido revolucionário, as eleições não são um fim em si mesmo, não podem ser o objetivo central da sua atividade, mas um dos muitos (**e não o mais importante**) terrenos nos quais o partido intervém para defender a independência da classe operária diante da burguesia, dos seus partidos e candidatos, e lutar pela revolução proletária e o socialismo que são os seus objetivos.

Para o PCO, as eleições são uma tribuna (e apenas mais uma) de propaganda das reivindicações fundamentais da população explorada, principalmente o socialismo e o governo operário.

A agitação e a propaganda política são os meios principais pelos quais buscamos dar uma expressão de caráter político, ou seja, não apenas consciente, mas dirigido de modo unitário e centralizado contra o Estado burguês, às tendências de luta que se manifestam (ainda de forma embrionária) em todas as partes na classe trabalhadora, das ocupações dos sem-terra até as lutas operárias na cidade, em resumo, unificar a classe operária para a revolução socialista. Tal deve ser feito também nas eleições.

Nosso partido não semeia a ilusão de que os problemas do povo trabalhador, originados pelo capitalismo decadente, possam ser resolvidos pelo voto. Esses problemas só podem ser solucionados pela sua efetiva mobilização de classe com seus próprios meios de luta e pelo estabelecimento de um governo próprio da classe operária. Nessas condições, para o PCO as eleições são um terreno secundário da luta da classe operária e dos explorados, que só podem conquistar seus objetivos revolucionários por meio da sua organização e mobilização revolucionária.



O Partido da Causa Operária, no entanto, entende que a participação da classe operária e do partido operário nas eleições é obrigatória como parte do desenvolvimento político das massas, que somente podem superar o parlamentarismo burguês pela experiência prática. Neste sentido, a intervenção política independente nas eleições com um programa socialista e de luta por um governo próprio da classe trabalhadora é imprescindível. O abstencionismo eleitoral nada mais é que uma política sectária e o boicote do parlamento somente pode ser colocado em prática por meio da evolução revolucionária das massas e como uma política de massas.

A abstenção no atual processo eleitoral, por mais fraudulento que seja, equivaleria a abandonar a luta para arrancar a classe operária da influência nefasta da política burguesa e de colaboração de classes e superar as suas ilusões no mecanismo parlamentar e na crença absurda de que é possível transformar minimamente a vida nos bairros e cidades por meio de eleições fraudulentas e controladas pelas alas mais reacionárias do grande capital, em meio a um quadro geral de falência dos municípios.

Por isso, o PCO comparece às eleições tendo como lema central a defesa da Revolução, do Governo Operário e do Socialismo.

No entanto, qualquer concessão, por menor que seja, às ilusões na participação eleitoral como solução para os problemas fundamentais das massas é uma traição à luta pela revolução e pelo socialismo. O cretinismo eleitoral e parlamentar é uma política pequeno-burguesa e conduz inevitavelmente à derrota da classe operária e das suas organizações. Isso é demonstrado por toda a experiência histórica da classe operária e pela experiência recente no Brasil.

Particularmente neste momento em que o povo brasileiro se enfrenta com um golpe de Estado, organizado e impulsionado pelo imperialismo e realizado pelos seus serviçais dos partidos da direita golpista, pela



ditadura do Judiciário, pelas principais organizações patronais do País (como a FIESP, CNI, FIERJ, FIEMG, CNA etc.), pelos bancos etc., sobre a base de uma intensa campanha dos monopólios da imprensa reacionária e pró-imperialista, toda ilusão no sentido de que as eleições sejam mais que uma completa farsa destinada a consolidar o golpe é uma política reacionária.

Diante disso, fica claro que a abstenção por um lado e o oportunismo eleitoral, por outro, representam o abandono da luta política por arrancar a classe operária e o conjunto dos explorados da influência da política da burguesia.

A 30ª Conferência Nacional do Partido da Causa Operária toma a decisão de **intervir no processo eleitoral deste ano para dar continuidade e fortalecer a campanha contra o golpe e defender um programa revolucionário e socialista** em oposição a todos os demais partidos e seus programas burgueses e de defesa do capitalismo, lançando **candidatos que sejam a expressão da luta do povo, em particular da luta da classe operária por sua organização em partido operário independente**, às eleições em todos os níveis e em todos os lugares, de vereadores a prefeito nos locais em que o partido esteja organizado ou em vias de organização e onde a campanha possa servir de instrumento para avançar no fortalecimento para dotar a classe trabalhadora da sua principal arma na luta contra a exploração capitalista, o partido operário e revolucionário.

Eleições no Brasil: um regime profundamente antidemocrático

Um aspecto fundamental da tática eleitoral revolucionária é a denúncia do próprio sistema representativo, o que comporta duas questões distintas.



Por um lado, temos a denúncia do sistema eleitoral em si. De que o voto não coloca em questão a dominação da burguesia, não permite o controle da classe operária sobre o Estado, que não deixará de ser capitalista pelo fato de que há eleições. O sistema representativo é uma engrenagem para impedir o avanço das reivindicações operárias e da sua própria consciência de classe, que é entorpecida pelas ilusões no Estado capitalista e no sistema representativo.

Por outro, temos o fato de que este sistema representativo, no Brasil, assim como em todos os países atrasados, não é um verdadeiro sistema representativo, mas um simulacro, um sistema representativo acima de tudo aparente. Na realidade, o que temos é um regime oligárquico que funciona seja por fora das instituições, em particular da própria Constituição do Estado, seja por meio dos mecanismos antidemocráticos que predominam nesse sistema político.

Como exemplo disso, temos os fatos de que as eleições não são verdadeiramente proporcionais, que as eleições estaduais são completamente dominadas por uma oligarquia local, a existência da câmara dupla, o controle das eleições por uma corte não eletiva, a virtual proibição da legalização de novos partidos populares, o cerceamento antidemocrático das campanhas eleitorais, incluída a existência de um prazo limitado para as campanhas eleitorais, uma virtual estatização dos partidos existentes, o monopólio sobre os meios de comunicação e inúmeros outros meios de cerceamento dos partidos e dos eleitores que se estendem ao próprio funcionamento do Congresso Nacional onde sequer existe a imunidade parlamentar.

A partir de 1994, com o governo FHC, o regime político tornou-se cada vez mais antidemocrático, suprimindo praticamente todas as conquistas populares realizadas contra o regime militar, sem excetuar o período de 14 anos de governos do PT, que não mudaram minimamente o curso dessa evolução: o direito de greve foi praticamente extinto, os sindicatos



perderam a sua autonomia, os partidos políticos também, a legalização de partidos tornou-se praticamente inviável, os partidos menores (quer dizer, não financiados pelos grandes capitalistas) foram sendo marginalizados etc. O golpe de Estado de 2016 tem buscado levar estas tendências a uma conclusão com inclusive a ameaça de ilegalização do próprio PT e a inviabilização eleitoral da maior parte dos partidos de esquerda, a espionagem dos movimentos populares, a intimidação fascista etc.

Esta evolução e as características atuais do regime devem ser contrapostas às ilusões eleitorais da esquerda pequeno-burguesa durante as próprias eleições como forma de esclarecer os limites da atuação eleitoral e do regime representativo.

Uma das principais falhas dos governos do PT foi a de que nada fizeram para desmontar esta máquina antidemocrática, uma política que correspondia à sua orientação de aliança com diferentes setores da burguesia.

Diante dessa situação, torna-se vital a reivindicação de Assembleia Nacional Constituinte baseada na mobilização popular e no desmantelamento do atual sistema partidário.

A tática revolucionária e a tática da esquerda pequeno-burguesa

O PCO se opõe aos métodos dos oportunistas no interior do movimento operário, os piores inimigos da independência política da classe operária diante da burguesia, que fazem das eleições um instrumento de confusão e desorganização da classe operária: procuram atrelar o partido operário à burguesia como forma de aumentar as possibilidades de eleição de determinados indivíduos, sacrificando o programa e a luta política proletária, socialista e revolucionária. Ao invés de utilizar a



campanha eleitoral para aumentar a confiança da classe operária em suas próprias forças, desmoralizam as massas com a demagogia reformista e burguesa e desmoralizam a própria ideia de luta política dos operários, criando o terreno para o crescimento das tendências abstencionistas e anarquistas no interior da classe operária.

Para os oportunistas, as eleições e o parlamento são terreno por excelência de ação política, o que representa uma completa integração ao regime dos exploradores em geral e ao regime pseudo democrático em particular e um abandono da luta da classe operária pela sua emancipação. Para estes setores, que compreendem toda a esquerda pequeno-burguesa, a luta das massas nada mais é que um meio de propaganda eleitoral. Os que fazem das eleições o objetivo fundamental nada mais são que uma ferramenta da burguesia para fazer com que os trabalhadores permaneçam escravizados. Nosso partido deve combater dentro e fora toda manifestação, por menor que seja, de oportunismo eleitoral.

O Estado capitalista usa conscientemente as tendências oportunistas da pequena burguesia para procurar integrar as massas ao regime político e conter as suas tendências à rebelião política. Trata-se de um sistema organizado de **carreirismo político, ou seja, extremamente útil à dominação da burguesia**. O sistema parlamentar e eleitoral tornam-se, dessa forma, um dos meios para criar uma base social ampla para o regime político, que inclui tanto os setores direitistas e conservadores quanto os setores liberais e esquerdistas da pequena-burguesia.



AS ELEIÇÕES E A SITUAÇÃO POLÍTICA APÓS O GOLPE DE ESTADO

As eleições em meio ao golpe de Estado: organizar a resistência ao golpe

O balanço de quatro anos de golpe de Estado revela que o regime político está em plena decomposição. O Executivo foi tomado pela extrema-direita e os comandantes militares e as instituições foram tomadas pelos golpistas. A liquidação da esquerda como um fator decisivo no regime político é um aspecto central dessa operação. A liquidação da esquerda é uma forma de liquidar a participação das massas no regime político abrindo caminho para impor uma política de guerra contra os trabalhadores e contra o País. A dimensão da crise capitalista obriga a burguesia a descarregar sobre a esmagadora maioria da população do planeta os custos da crise.

As eleições no Brasil - já foram realizadas duas após o golpe - são parte do processo golpista e não um meio para combatê-lo ou superá-lo. A enorme fraude na eleição de 2018 é a prova de que as eleições servem apenas para fazer a esquerda e as massas cederem terreno diante da ofensiva golpista.

Nesse sentido, a eleição atual não é um processo como de costume, mas uma fraude e uma manipulação em meio a um golpe de Estado, tal como eram as eleições durante o regime militar. Não há nenhuma saída pela via eleitoral e a insistência da esquerda pequeno-burguesa nessa perspectiva é uma verdadeira armadilha para os trabalhadores.

e O aspecto central da participação nas eleições neste momento é a denúncia das próprias eleições como uma engrenagem do golpe de Estado e não como uma via de saída do golpe.



O PCO, que foi uma verdadeira vanguarda na luta contra o golpe, reafirma em sua 30ª Conferência Nacional sua posição de luta contra o golpe, de defesa intransigente dos direitos democráticos de toda a população, contra os ataques às suas condições de vida e pela mobilização dos explorados e de suas organizações de luta, a começar pelos partidos do movimento operário, contra o golpe que – como assinalamos em todas as etapas da situação política, só pode ser derrotado por meio da ação revolucionárias das massas, nas ruas.

Nossa campanha eleitoral será uma tribuna de denúncia do golpe em todas as suas variantes.

A palavra de ordem central da luta contra o golpe neste momento é precisamente o fora Bolsonaro, acompanhado da reivindicação de eleições e da restituição dos direitos políticos a Lula. Essa luta só pode avançar por meio da mais ampla mobilização de massas e não como resultado de um acordo com os golpistas e as eleições, encaradas como um processo normal de disputa do poder, é parte desse acordo. A luta da classe operária e do seu partido não se resume à luta contra o governo burguês de plantão (antigovernismo). A classe operária luta contra a burguesia, contra o regime político burguês em seu conjunto pelo governo operário e pelo Estado operário. A classe trabalhadora e suas organizações devem lutar, ao mesmo tempo, contra a direita e a esquerda da burguesia, mas não deve confundir as duas. Denunciamos a capitulação da frente popular e os governos nacionalistas diante da direita pró-imperialista, pelos seus ataques contra a população e os interesses nacionais, mas assumimos lugar na primeira fileira da luta contra o golpismo da direita pró-imperialista que quer passar por cima da vontade da maioria nacional, dos governos eleitos pela população, das organizações construídas pelos explorados para imponham um regime de total submissão aos planos de fome e de miséria do imperialismo.



A tática revolucionária de luta contra o nacionalismo burguês e a socialdemocracia reformista é opor às suas claudicações diante do imperialismo e da burguesia um programa de luta revolucionária e confrontá-las com as exigências reais das massas.

Neste momento, predomina a ilusão de que o golpe não terá maiores consequências, exceto (!) substituir um governo pelo outro. Esta ilusão domina, inclusive, amplos setores da própria frente popular. Na realidade, a ofensiva da direita e da burguesia não para de crescer e tende ao esmagamento da classe operária em todos os terrenos e dos demais setores explorados e oprimidos. Diante disso, qualquer fantasia de "disputa eleitoral" não é apenas uma idiotice, como uma política suicida.

As eleições municipais nem estão fora do esquema golpista, nem se opõem a ele. Os golpistas precisam de uma vitória esmagadora contra a frente popular para preparar o terreno para eleições golpistas em 2022 ou outras possíveis manobras políticas para consolidar o poder político e superar as contradições advindas da eleição de Bolsonaro em 2018. Ignorar este fato e lançar-se ao cretinismo eleitoral é fazer completamente o jogo dos golpistas e do imperialismo contra os trabalhadores e o povo.

A esquerda pequeno-burguesa centrista diante do golpe: ilusão na democracia e apoio à direita golpista

A ofensiva golpista de 2012-2016 foi, primeiro, ignorada, quando não apoiada pela imensa maioria da esquerda, mostrando sua falência no sentido de conseguir realizar uma análise justa das verdadeiras



tendências da luta de classes que se expressaram claramente na política reacionária do imperialismo em todo o mundo.

Pouco tempo antes da consumação do golpe no Congresso (em abril e maio de 2016) – e até mesmo neste momento - setores de dentro e fora do governo da frente popular procuram defender a tese ilusória de que o golpe poderia ou pode ser barrado por meio de um acordo com setores da própria direita golpista, de dentro do PMDB e de outros partidos ou que poderia ser revertido por uma vitória eleitoral em 2018 ou em eleições antecipadas. A tônica da política da esquerda em todo este período foi fomentar as mais absurdas ilusões sobre a superação do golpe de Estado no Congresso, no Judiciário, nas Forças Armadas, nas eleições e até mesmo nos próprios golpistas.

Estas ilusões levaram a uma sequência de capitulações diante do golpe, das quais a mais importante foi justamente a da eleição presidencial de 2008. Ao invés de denunciar a fraude eleitoral, adaptaram-se a ela retirando a candidatura de Lula e apresentando a candidatura de Fernando Haddad, cuja única função foi a de dar uma aparência de legitimidade a uma monstruosa fraude eleitoral que acabou por levar Bolsonaro à presidência.

A situação política evoluiu em meio a uma poderosa polarização política que se manifesta no amplo repúdio ao governo Bolsonaro, contido pelas direções das organizações das massas.

Da mesma forma, sem ter uma política independente diante da crise, a esquerda pequeno burguesa apoia no fundamental a política golpista da direita pró-imperialista contra o PT e contra os trabalhadores, colocando-se no terreno de uma competição com o PT, , deixando de lado a luta contra a burguesia e o capitalismo.

Com tal política, esta esquerda mostra-se incapaz de defender até mesmos os mais simples direitos democráticos da população.



Repete no movimento operário a política da burocracia sindical do PT (e de outros setores ainda mais reacionários como os da Força Sindical, com os quais mantém boas relações) controlando os sindicatos por meio de ditadura, fraudes e alianças com os patrões e até com a própria direita e apresentando-se em clara aliança com setores golpistas como se viu, entre outras, nas eleições dos sindicatos dos bancários do DF (onde a chapa do Psol e e PSTU foi abertamente apoiada pelos setores golpistas das direções dos principais bancos) e do Sinpro-DF, onde a chapa 3 (Psol e PSTU) recebeu apoio de setores ligados ao governo golpista e antioperário de Rollemberg (PSB).

O grande equívoco da política da esquerda pequeno-burguesa, tomada de conjunto, é a incompreensão do papel que o PT, e particularmente a sua ala lulista, representa na atual situação. A luta pelo poder político neste momento se dá entre os golpistas (tanto Bolsonaro como a direita tradicional) que são os defensores do golpe, da política imperialista e da ditadura e o PT, apoiado pelas massas e que expressa o regime em decomposição. A luta das massas contra a ditadura, o fascismo e a política de guerra da burguesia é canalizada por Lula que foi transformado em perseguido político pelos golpistas. A luta contra a política de colaboração de classes somente pode ser efetiva se for colocada na perspectiva de luta contra a direita, a perseguição de Lula e a situação de golpe permanente. Colocar Lula e o PT lulista em pé de igualdade com a burguesia golpista é uma política reacionária que joga água no moinho do golpe e do imperialismo.

A política de frente ampla, ou seja, de unidade com a direita golpista suposta contra Bolsonaro, adotada pelo PSOL, PCdoB e parte do PT, só serve ao objetivo de atrelar as massas à burguesia golpista em função de quebrar a polarização que se expressa na luta da direita contra o PT.

Agora, a esquerda se prepara para adaptar-se ainda mais ao golpe e aos golpistas, ou seja, ao imperialismo, lançando-se na farsa eleitoral na



disputa de cargos e de projeção individual, apresentando-se como administradora do Estado capitalista completamente falido. Este carreirismo conduz à sua própria liquidação política.

As eleições de 2020 como preparação para 2022

O que está em jogo para a burguesia nas eleições de 2020 são as eleições de 2022. A vitória do golpe de 2016 não conduziu a um regime estável - nesse sentido, da mesma forma que todos os demais países que sofreram o mesmo processo. Para estabilizar o golpe, seria necessária a resolução, ainda que parcial e temporária, da crise econômica, de forma a estabelecer um novo pacto político entre as classes sociais. O fracasso do governo Temer foi o de não ser capaz de resolver essa situação e o mesmo acontece com Bolsonaro.

Para realizar o golpe, a burguesia foi obrigada a fazer uso dos militares e da extrema-direita. O fracasso de Temer levou à virtual desintegração dos partidos ditos de centro, em particular o PSDB, neste momento, em completa dissolução. Os partidos tradicionais da burguesia foram obrigados a ceder terreno para a extrema-direita e os militares.

No interior de todos os partidos predominam os setores mais direitistas, que expressam a direitização do regime e da burguesia em seu conjunto. Nesse sentido, as alternativas a Bolsonaro são todas praticamente tão fascistas quanto ele. Deste modo, a tendência geral do regime vai no sentido da decomposição e da sua recomposição pela direita, ou seja, de uma ditadura militar, aberta ou não.

A política da frente ampla visa a substituir a frente popular dirigida pelo PT durante as duas últimas décadas e meia. É a frente da esquerda com



os partidos rejeitados pelas massas de esquerda e de direita. Sua única função real neste momento é encobrir o movimento dos golpistas.

A tarefa do momento é dar à polarização política um caráter claro de enfrentamento entre a classe operária e as massas e a burguesia em seu conjunto, que evolui sistematicamente à direita.

Por um programa de luta da classe trabalhadora da cidade e do campo contra o golpe

A tarefa central do momento presente é a luta contra o golpe e o novo regime político que vem se formando a partir dele. A vitória eleitoral da extrema direita através da fraude evidencia que estamos diante de uma evolução do regime político no sentido de uma ditadura aberta. Daí a importância da luta pelo fora Bolsonaro e todos os golpistas.

Esta luta deve ter como base a defesa da mais completa independência política dos trabalhadores em relação a todas as variantes da política burguesa. A realização desse objetivo passa pela defesa, nestas eleições, contra os candidatos burgueses e pequeno-burgueses, de candidaturas operárias, socialistas e representativas das lutas da classe operária, dos trabalhadores rurais, da juventude, das mulheres e dos negros que sejam tribunos da luta contra o golpe.

A base destas candidaturas é o programa de reivindicações vitais da classe operária e das massas populares da cidade e do campo que defendemos todos os dias nas lutas das massas. **O PCO não tem dois programas, como os partidos burgueses ou de colaboração de classes: um para fazer demagogia com as massas e outro, "real", para as eleições**, que aponta soluções pretensamente viáveis para problemas das massas dentro do capitalismo. Comparecemos às eleições com o seu



programa revolucionário integral, que compreende desde as necessidades mais imediatas porém vitais da classe trabalhadora, como as reivindicações democráticas transitórias contra o caráter reacionário e opressor do Estado burguês em relação a todas as camadas da população, até a sua luta por um governo dos explorados dirigida contra o Estado capitalista.

OS MÉTODOS REVOLUCIONÁRIOS DA CAMPANHA DO PCO

Candidatos do Partido, ou seja, da classe operária, e não de si mesmos ou da burguesia

O PCO não admite a existência de candidaturas individuais. Todos os seus candidatos são candidatos do Partido e submetidos ao programa, à tática e à disciplina partidária nas eleições. A ambição individual tipicamente pequeno-burguesa deve ser combatida de maneira incansável dentro do Partido e denunciada em relação aos demais partidos de esquerda.

O candidato individual é um candidato de si mesmo e da burguesia. Mesmo se não financiado pela burguesia, uma vez eleito torna-se parte da burocracia do Estado capitalista, sustentado por ele e, portanto, controlado por ele em função da defesa do Estado explorador e opressão, ou seja, da opressão e da exploração da classe trabalhadora.

Nesse sentido, os candidatos do Partido devem ser escolhidos pelos militantes partidários segundo o critério das melhores pessoas indicadas para levar adiante a luta pelo programa partidário. Esta escolha deve ser guiada pela atividade partidária de cada militante. Estão vedados quaisquer antagonismos individuais na escolha dos candidatos.



Um só partido, uma só campanha com comitê financeiro único

Ao contrário dos partidos burgueses e pequeno-burgueses que financiam suas campanhas por meio de contribuições de empresas capitalistas que se constituem – de fato – em donas de suas campanhas e, depois, dos mandatos conquistados, o PCO – desde a sua origem – se opõe e proíbe o recebimento de doações eleitorais de capitalistas e sustenta suas campanhas e sua atividade nas contribuições obtidas junto aos trabalhadores e à juventude.

Contra a verdadeira guerra que se estabelece no interior dos partidos pela “corrida aos mandatos”, na qual candidatos do mesmo partido disputam entre si para obter as melhores votações e suplantar seus adversários internos, o PCO adota como norma a campanha coletiva, partidária, cujo centro seja a defesa de suas propostas, sua luta política e não a “venda” dos candidatos, a disputa individual etc.

Para impulsionar esta perspectiva de luta política coletiva a 30ª Conferência elegerá um **comitê financeiro nacional único e centralizado** de campanha eleitoral (CFN), que centralizará todos os recursos de campanha, para o qual contribuirão – de acordo com as normas estabelecidas pelo partido – todos os candidatos e militantes partidários e para o qual buscaremos obter contribuições em todas as regiões nas quais realizemos nossa campanha eleitoral e política.

O comitê financeiro nacional empregará os recursos unificados, sob a supervisão da direção partidária, para impulsionar a campanha geral do partido em todas as regiões, levando em consideração a necessidade



política geral do partido, o desenvolvimento partidário, a participação militante na campanha financeira e política.

Ficam proibidas a formação de comitês financeiros individuais, bem como o recebimento e emprego individual de recursos. Qualquer contribuição à campanha deve ser integrada ao fundo único de campanha

Em todas as regiões serão organizadas, além da campanha financeira unificada, atividades para obtenção de recursos para a campanha nas quais todos os candidatos e militantes devem se empenhar e ter metas mínimas de contribuição a serem conquistadas junto a simpatizantes do partido e de sua campanha e outros. Esta campanha será controlada pelos organismos partidários locais e a arrecadação será enviada ao Comitê Financeiro Nacional.

O CFN deve organizar desde já uma campanha financeira nacional em nome do partido, e não dos candidatos, para financiar a campanha eleitoral.

Comitê eleitoral nacional

A 30ª Conferência Nacional elegerá um Comitê Eleitoral Nacional (CEN), responsável pela campanha, inclusive do ponto de vista dos poderes legais, em todos os lugares e em todos os seus aspectos.

Materiais unificados de campanha

Todos os materiais de campanha – que serão produzidos com os recursos arrecadados para a campanha, centralizados no comitê único de



campanha – serão produzidos sob a estrita orientação e supervisão da direção partidária, através da Secretaria Nacional de Agitação e Propaganda do PCO, de acordo com a orientação do CEN.

Todos os materiais devem dar destaque especial aos eixos gerais da campanha do partido (**em primeiro lugar a luta contra o golpe**) e aos pontos do programa aprovado nesta Conferência Nacional e devem servir para fazer campanha da luta pelo governo dos trabalhadores e o socialismo/comunismo.

A campanha eleitoral deve ser feita pelo partido e em nome do Partido e não dos candidatos individuais. A legislação brasileira é uma legislação antipartido e transforma cada candidato em um micro partido. Nossa campanha deve se opor radicalmente a isso, fazendo uma campanha partidária e não de candidatos (de forma totalmente contrária ao que acontece na campanha dos demais partidos em que o destaque é dado às figuras individuais que, muitas vezes, usam o partido como instrumento para alavancar suas “carreiras”). Nossa palavra de ordem é "vote no PCO" e não em tal ou tal pessoa.

Nosso objetivo central: construir a direção revolucionária da classe operária, construir o partido revolucionário

A campanha deve estar totalmente voltada para a construção do partido, ou seja, do instrumento fundamental para a emancipação da classe operária.

Em todas as regiões e cidades onde o partido intervenha nas eleições deve haver metas claras de crescimento da organização partidária com a formação de novas células, crescimento do número de militantes, regularização das atividades partidárias (distribuição do jornal, do SGJCO), com aumento de – pelo menos 100% – da venda do jornal



partidário, abertura de sedes etc. mediante plano a ser estabelecido imediatamente após a realização desta conferência – antes das convenções partidárias municipais – por meio de reunião entre os representantes de cada município e a direção partidária, por meio da Secretaria de Organização do CCN (Sorg).

Sem o estabelecimento e cumprimento de tais planos ficam vetados o lançamento de candidaturas ou, no caso de que tenham sido lançadas, podem as mesmas ser canceladas pelos órgãos responsáveis.

Um objetivo central: alcançar 10 mil jornais vendidos semanalmente

O trabalho com o jornal deve ocupar lugar central na atividade de campanha em todo o País. O jornal é nosso principal instrumento de campanha. A ilusão de que a campanha possa ser feita pela imprensa capitalista é uma completa adaptação à burguesia.

Para cumprir a meta mínima de aumento de 100% na venda e alcançar a meta geral de venda de 10 mil exemplares por semana devem ser fixadas:

Metas específicas para a campanha eleitoral e para os candidatos, particularmente aqueles que estejam liberados (funcionários públicos e de estatais) no período de campanha eleitoral.

Metas específicas para as atividades gerais da campanhas, atos etc.

O Partido deve participar das eleições apenas nas cidades em que se estabeleça um plano de organização do PCO, imediatamente e para além das eleições

Nosso partido não “aluga” legenda e tampouco a cede para servir aos propósitos particulares e carreiristas de políticos – inclusive da esquerda



– que buscam usar as eleições para ajudar a burguesia a semear ilusões entre os explorados de que as suas reivindicações, suas necessidades possam ser atendidas por meio do voto em eleições fraudulentas e manipuladas pelo grande capital em todo o País.

Intervimos nas eleições para fazer dela uma tribuna de defesa das reivindicações dos explorados e fazer avançar a sua organização independente da burguesia, ou seja, em primeiro lugar em partido operário e revolucionário, do qual o PCO é o principal elemento.

Nesse sentido, o principal critério para a escolha dos candidatos é que estes sejam destacados militantes do partido e que suas candidaturas possam servir de instrumento para fortalecer concretamente a construção do PCO em cada uma das regiões do País. Não nos guiamos por critérios eleitorais, por interesses externos ao partido. Reafirmamos que o objetivo central é o fortalecimento do PCO e da sua luta política, o que se constitui em uma tarefa central e estratégica para a classe operária e todas as massas exploradas na etapa atual.

A 30^a. Conferência Nacional do PCO deliberará sobre em que cidades o Partido poderá lançar candidatos estabelecendo que direção partidária, com a participação consultiva do CEN por meio do CCN (Comitê Central Nacional) e de sua Comissão Executiva (CE) deve autorizar e encaminhar para as convenções municipais o lançamento de candidatos nas localidades em que forem cumpridas as normas e critérios políticos acima estabelecidos.

As constituição e existência de órgãos locais, bem como a realização das convenções municipais serão autorizadas pelo CCN apenas nas regiões que cumprirem as normas aqui estabelecidas.

Os órgãos locais e as convenções não estão autorizadas a realizar quaisquer alterações nas decisões encaminhadas pela Conferência, sem a devida autorização da direção e – em nenhum caso – quando estas se opuserem à política e às normas aqui estabelecidas.



Dúvidas e questões não deliberadas pela Conferência serão deliberadas pelo CCN com base nas resoluções adotadas por este órgão superior do Partido.

Todos os candidatos assinarão termo de compromisso a ser aprovado nesta conferência declarando sua candidatura e eventual mandato como pertencendo ao partido e não ao candidato individual.

Qualquer descumprimento das normas estabelecidas pela 25ª Conferência ou pelo CCN implicará no automático cancelamento da candidatura.

Os poderes legais da campanha ficarão em mãos do CEN.

Mobilizar amplamente todos os efetivos partidários

A questão chave da situação política em seu conjunto é a da direção das massas. A luta para construir um partido operário e revolucionário se expressa neste momento sobretudo na construção do nosso próprio partido. Esta questão deve estar presente na campanha eleitoral como preocupação fundamental. Devemos empenhar todos os nossos esforços para, em primeiro lugar, mobilizar todos os efetivos partidários em torno à campanha eleitoral, ou seja, militantes, filiados, simpatizantes etc. e, em segundo lugar, ampliar a organização partidária.

Um programa para a luta das mulheres contra a ofensiva do regime golpista



Por uma participação real das mulheres na política: contra os ataques da extrema-direita que avança contra os poucos direitos já conquistados pelas mulheres

As mulheres devem participar ativamente da política e não cair na demagogia da direita e da esquerda pequeno-burguesa de que as eleições são uma saída certa para as mazelas sociais das mulheres. Para garantir todos seus direitos, as mulheres devem se mobilizar contra o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro.

Contra a ofensiva diante da crise capitalista e da pandemia

1. Só no primeiro trimestre de 2020, 7 milhões de mulheres perderam seus empregos. Em porcentagem, as mulheres desempregadas representam 39,4% a mais do que os homens;
2. As mulheres enfrentam mais dificuldades para se manterem no mercado de trabalho. Durante a pandemia do novo COVID-19, o desemprego entre as mulheres foi superior ao dos homens pois são as que mais atuam em empregos informais no país.



Nessa situação, elas possuem os salários mais baixos e não tem proteção de leis trabalhistas nem de benefícios;

3. Em tempos de acirramento da recessão econômica, como o que estamos vivendo, é sobre os ombros femininos que recaem os maiores índices de desocupação;
4. Além do desemprego, as mulheres que ainda possuem trabalho assalariado, vivem em uma situação contraditória: ao mesmo tempo que devem se posicionar contra a volta às aulas, para que seus filhos não sejam vítimas da pandemia, elas não possuem nenhuma assistência do governo. Pelo contrário, Bolsonaro vetou o projeto de lei, PL 2.508, que prioriza mães que cuidam sozinhas dos filhos terem direito a duas cotas do auxílio emergencial;
5. O auxílio emergencial é uma verdadeira esmola, não supre as necessidades dos trabalhadores que estão desempregados. Para as mulheres provedoras do lar, o benefício é ainda mais insuficiente e precariza ainda mais as condições de vida destas famílias.



6. Somando sua luta à do conjunto da classe trabalhadora, as mulheres devem sair às ruas por um rol de reivindicações, que incluam:
 - a. Fim do desemprego. Redução da jornada de trabalho para 36 horas, sem redução salarial!
 - b. Fim da discriminação salarial contra as mulheres: funções iguais, salários iguais;
 - c. Não aos ataques do governo Bolsonaro. Manutenção e ampliação das conquistas trabalhistas das mulheres: manutenção e ampliação da licença-gestante para seis meses;
 - d. Implantação de creches públicas em todo o país, com acesso a todas as mulheres que delas necessitarem e locais apropriados para a amamentação. Criação de creches nas empresas para as mães trabalhadoras;
 - e. Durante o período de amamentação, toda trabalhadora deve dispor de, pelo menos, meia hora a cada três para amamentar;
 - f. Redução da jornada para seis horas durante o período de amamentação;



- g. Revogação das mudanças na CLT, a "reforma" trabalhista, que abrem espaço para o fim de várias conquistas históricas dos trabalhadores, como férias, 13º salário, insalubridade, licença-maternidade, etc.
- h. Durante a pandemia: salário mínimo garantido pelo Estado para todas as mulheres desempregadas e que possuem filhos menores de idade;
- i. Que as mulheres empregadas tenham o direito do afastamento com salário garantido enquanto seus filhos não puderem retornar às aulas;
- j. retorno às aulas só com o fim da pandemia e com vacinação em massa contra o covid-19

Pela descriminalização do aborto. Atendimento das mulheres pela rede pública.

- 7. Embora seja um problema de saúde pública – melhor seria qualificar como tragédia – a questão do aborto sempre vem à tona revestida de um profundo obscurantismo e de muita demagogia.



8. As estatísticas colocam o Brasil na vanguarda do *ranking* mundial em número de mortes maternas decorrentes de abortos feitos sem as mínimas condições técnicas e de higiene. A criminalização do aborto não impede que 1 milhão de abortos induzidos ocorram todos os anos no Brasil. O dado é do Ministério da Saúde.
9. O aborto clandestino levam à hospitalização de mais de 250 mil mulheres por ano, cerca de 15 mil complicações e 5 mil internações de muita gravidade. O aborto inseguro causou a morte de 203 mulheres em 2016, o que representa uma morte a cada 2 dias. Nos últimos 10 anos, foram duas mil mortes maternas por esse motivo.
10. Apesar de atingir, de modo geral, o conjunto das mulheres, o aborto torna-se mais dramático na parcela pobre da população. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 115 mil e 204 mil mulheres morrem anualmente em países pobres, devido a abortos mal feitos.
11. O Brasil está entre os 25% dos países onde a legislação é mais restritiva em relação ao aborto. Aqui, nem mesmo o democrático direito de dispor sobre o próprio corpo é permitido às mulheres, ao contrário do que ocorre com os homens. Ou seja, a mulher não é proprietária nem de seu corpo.



12. De acordo com o previsto pelo Código Penal de 1940, Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: se não há outro meio de salvar a vida da gestante; aborto no caso de gravidez resultante de estupro; se a gravidez resulta de estupro. Mas o fato de estas parciais conquistas estarem previstas pela legislação há 60 anos não é garantia de que as mulheres possam desfrutá-las. Com raríssimas exceções, a rede pública de saúde não atende sequer os casos de vítimas de estupro e risco de vida para a mãe. É necessário que as organizações representativas das lutas das mulheres, bem como o conjunto do movimento operário e popular, encampem a batalha pela regulamentação do chamado “aborto legal” e, também, por sua completa legalização.

- a. Atendimento dos casos de “aborto legal” pela rede pública de saúde;
- b. Legalização do aborto no país;
- c. Pelo direito de opção da mulher sobre a conveniência ou não da gestação;
- d. Assistência económica e social do Estado para as mulheres obrigadas a dar continuidade à gestação indesejada;



Não à privatização da saúde; proteção à maternidade.

13. Quase 2 mil mulheres morrem por ano no Brasil por causas relacionadas a ou agravadas por gravidez, parto ou o puerpério (período pós-parto de 42 dias). Isso equivale a cinco mortes diárias. No mundo, 830 mulheres morreram por dia por essas causas, apontam dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).
14. Durante a pandemia, o Brasil tem 77% das mortes de gestantes e puérperas por Covid-19 registradas no mundo. Um estudo publicado no periódico médico International Journal of Gynecology and Obstetrics aponta que 124 mulheres gestantes ou que estavam no período do puerpério morreram de Covid-19 no Brasil. Ou seja, morreram mais mulheres grávidas ou no pós-parto no Brasil do que em todos os outros países somados;
15. Segundo pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nada menos do que 57,8% das pessoas que afirmaram estar com pelo menos dois sintomas da COVID-19 eram mulheres. A realidade no Brasil corresponde à média mundial, uma vez que as mulheres têm sido as mais afetadas em todo o planeta;



16. Os dados acima mostram como o sistema de saúde nacional foi sucateado, apesar de toda a propaganda a favor das privatizações, do SUS, atacando diretamente a mulher, na medida em que ela é uma das principais vítimas da falta de assistência médica, juntamente com as crianças e os idosos.
- a. Pela estatização do sistema de saúde, com atendimento gratuito a toda a população;
 - b. Pela total gratuidade de todos os serviços e produtos que se relacionem com a maternidade.

Por uma legislação especial de defesa das mulheres.

17. Não existe uma preocupação real pela situação crítica vivida pelas mulheres, particularmente as trabalhadoras. São altíssimos os índices de agressão doméstica, estupro dentro e fora de casa, assassinatos de mulheres por maridos ou familiares, atentado ao pudor etc.
18. O que o Estado burguês oferece, é um pacote de embrutecimento de leis puramente demagógicas que tem como objetivo apenas



colocar a população pobre na cadeia, mas nenhuma proteção real para as mulheres;

19. Em abril, quando o isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19 já durava mais de um mês, a quantidade de denúncias de violência contra a mulher recebidas no canal 180 cresceu quase 40% em relação ao mesmo mês de 2019, ao mesmo tempo que temos uma legislação extremamente dura em relação à violência contra a mulher, que em tese, promete o fim das agressões. O que se provou uma fraude.

- a. Que o Estado garanta a segurança das mulheres, e de seus filhos, vítimas de agressão domésticas: segurança financeira, física e psicológica;
- b. Pela ampliação e reforço nos atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica e familiar em meio à pandemia;
- c. Por um maior investimento nas casas de proteção às mulheres vítimas de agressão doméstica, para que as vítimas possam sair da convivência de seu agressor.

20. Para as eleições municipais, o coletivo de mulheres Rosa Luxemburgo, incentiva as mulheres trabalhadoras a participarem



ativamente da política, por candidaturas de mulheres que lutem por suas reivindicações e dos trabalhadores.

Fora bolsonaro e toda corja golpista para garantir os direitos das mulheres!

A luta do negro e as antidemocráticas eleições de 2020

As eleições municipais deste ano ocorrem em um contexto de intensificação sem precedentes da política de terra arrasada e ditatorial da direita golpista contra toda a população brasileira, em particular contra os negros.

A pandemia do coronavírus, a qual já levou a morte de mais de 110 mil pessoas em todo o País, sendo mais da metade justamente os negros, aprofundou a situação de miséria e de deterioração das condições de vida da população mais pobre, com o aumento vertiginoso do desemprego, superando inclusive o número de pessoas ocupadas no Brasil.

Para impor a política de saque do patrimônio nacional, de desmantelamento dos direitos da população, da

fome e da miséria, o governo golpista de Bolsonaro, em conluio com toda a direita nacional, aprofunda o verdadeiro estado ditatorial contra o povo pobre. As perseguições e ataques contra as organizações de

esquerda, ativistas e militantes, somam-se ao recorde de mortes provocadas pela polícia militar em todo o país. Nunca a PM matou tanto. Exemplo disso é o caso de São Paulo, onde a Polícia Militar,



somente nos cinco primeiros meses deste ano, mesmo com o isolamento social por conta da pandemia, assassinou 442

pessoas, maior número de sua história genocida.

A realidade mostra que as eleições não serão nada democráticas como sonha a esquerda nacional. Pelo contrário, serão as mais antidemocráticas das últimas décadas, superando até mesmo o período da ditadura militar (1964-1985).

Nelas, passam a valer todas as restrições da mudança constitucional aprovada pela direita golpista em 2017, que instituiu a chamada cláusula de barreira, por exemplo, excluiu de uma vez só dez partidos do horário eleitoral gratuito, dentre estes o **PCO** e outros partidos da esquerda nacional que buscam apresentar propostas de luta do povo negro.

O tempo estabelecido de campanha também será extremamente curto, de apenas 45 dias, somando-se a isso as inúmeras restrições burocráticas para registro das candidaturas, além da cassação de milhares da

candidatos, o que deve inevitavelmente ocorrer, constituindo um ataque principalmente às organizações de esquerda. A direita nacional buscará utilizar também a pandemia como pretexto para aprofundar as proibições. Diante disso, os ativistas do movimento negro, os trabalhadores e a juventude oprimida pelo regime racista e golpista precisam intervir nas eleições, sem qualquer ilusão, denunciando seu caráter abertamente fraudulento e usando a campanha eleitoral como um tribuna que sirva para impulsionar a mobilização popular contra o regime golpista e ditatorial que se intensifica, destacadamente, a luta pelo **Fora Bolsonaro e todos os golpistas** e demais reivindicações do povo negro e trabalhador.



No que diz respeito aos negros, é preciso intervir com **candidaturas de luta do povo negro**, apresentando, acima de tudo, um **programa de reivindicações democráticas** que sirvam concretamente para combater a crise e o genocídio do povo preto.

Neste sentido, é de fundamental importância impulsionar a luta pela **dissolução da Polícia militar** e de todo o aparato repressivo. Defender a organização imediata dos **comitês de auto-defesa** para reagir à ofensiva do estado capitalista e da extrema-direita contra os negros.

Na campanha e fora dela, é preciso, impulsionar a luta em contra a fome e a miséria que os golpistas buscam impor à maioria negra da população, defendendo medidas redução imediata da jornada de trabalho, sem redução dos salários, a estabilidade no emprego e readmissão de todos os demitidos durante a pandemia.

É preciso sair às ruas para parar o genocídio que tem o povo negro como maior alvo, exigindo-se testes em massa para toda a população, estatização do sistema de saúde, contratação em larga

escala de profissionais da saúde, abertura de milhares de leitos nos hospitais públicos etc.

Neste momento, o regime ditatorial imposto ao País, estabeleceu - por fora da Lei - a pena de morte, condenando milhares de presos (mais de 70% negros e mestiços). É preciso reivindicar a imediata soltura de todos os presos não perigosos, sem condenação definitiva e sem as devidas condições de atendimento pelo Estado.



Por uma participação revolucionária da juventude nas eleições

A juventude tem que lutar por suas reivindicações e não ser "cabo eleitoral" dos inimigos do povo

As eleições, ao mesmo tempo que são palco das fraudes burguesas e da ditadura golpista, representam um momento de maior atenção de toda população brasileira a respeito dos principais embates políticos. O seu caráter fraudulento se intensifica nas eleições locais, onde a realidade da luta de classes nacional é esquecida em nome da demagogia. Contudo, isto não pode ser impedimento para uma intervenção revolucionária e propagandística, por uma verdadeira mobilização de toda juventude e dos trabalhadores.

A **Aliança da Juventude Revolucionária (AJR)** defende a intervenção nas eleições com a finalidade de torná-las tribunas das principais reivindicações políticas da juventude brasileira, sobretudo neste momento de profundo ataque à juventude operária e estudantil, duramente atingida pelo desemprego, pela repressão, pela falta de acesso à Educação de qualidade em todos os níveis etc. e que se vê ameaçada tanto em seus direitos democráticos como em suas condições de vida.

A juventude, deve participar no processo eleitoral com um programa claro e combativo, com o intuito de quebrar com a total paralisia das organizações de esquerda, sobretudo as estudantis, que suas direções atualmente se encontram de total conluio com a política de Frente Ampla com a direita.

A **AJR** propõe como eixos para um programa de lutas nas eleições e fora delas:



1. **Fora Bolsonaro.** Chamar atos públicos em todo país e organizar uma verdadeira mobilização pela derrubada do governo e novas eleições, com a participação de Lula. Restituição de seus direitos políticos.
2. **Aliança operária e estudantil** para impulsionar a luta contra o fascismo, contra os ataques aos trabalhadores e à juventude;
3. Lutar por uma **assembléia nacional constituinte**, livre, democrática e soberana, resultado da mobilização revolucionária das massas contra o atual regime golpista;
4. Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo.
5. Não ao Ensino a Distância (EAD) em todos os níveis, pelo cancelamento do ano letivo. Volta as aulas só com o fim da pandemia e vacina, fechamento das escolas que estão funcionando.

É necessário um plano de luta para toda a juventude, organizar atos em todos as capitais contra a volta às aulas. Por uma greve nacional da Educação contra o EAD e o volta às aulas, formar comitês de luta estudantil em todos os lugares.

4. **Suspensão do ENEM e dos vestibulares.** Garantia de livre acesso às universidades públicas para todos os alunos. Nenhum financiamento do ensino privado. Isenção das mensalidades e taxas para todos os alunos desempregados.
6. Luta pelo **governo tripartite**, a comunidade acadêmica -alunos, professores, funcionários e pais- precisam ter o direito de decidir sobre a política e medidas a serem tomadas pelas instituições de ensino, sendo a maioria, os estudantes, detentores do maior peso nas votações. Ter



direito a decidir quanto a calendário acadêmico, a retomada das aulas e a organização autônoma dos recursos.

5. Pelo fim do vestibular. Os vestibulares representam um afunilamento e seleção daqueles que podem entrar no ensino superior. O ensino superior deve ser aberto a todos, uma continuação direta dos outros níveis de ensino. A burguesia durante o golpe aprofundou os ataques as poucas formas de acesso da população pobre as universidades, assim como a política de privatização das universidades. Mesmo as cotas, um direito parcial garantido a população pobre está tornando-se terreno de perseguição dos estudantes. É necessário o fim de qualquer restrição ao acesso as universidades.

6. Fim do ensino pago. Estatização de todo o ensino em todos os níveis. Não a cobrança das mensalidades enquanto não houver vacina, sem cobrança enquanto as aulas estiverem paralisadas.

7. Por condições de vida e amparo aos estudantes das moradias universitárias. Não ao

sucateamento das moradias e bandejões. Proibição das expulsões de alunos das

moradias. Proibição dos jubilamentos.

8. Não a demissão de funcionários e professores das escolas e universidades.

8. Trabalhar menos para que todos trabalhem. Máximo de 35 horas de trabalho semanal, com jornada máxima de 7h por dia e escala móvel das horas de trabalho (reduzir a jornada, sem reduzir os salários). O desemprego é um dos pontos cruciais da exploração dos trabalhadores brasileiros, a juventude é o principal foco desta crise, por isso, seu



direito ao trabalho precisa ser garantido, a juventude trabalhadora não deve pagar pela crise gerada pelos capitalistas.

9. **Fim das escolas militares.** A ditadura golpista visa transformar as escolas em um ponto de controle social e ideológico ditatorial, impedindo a organização dos estudantes e a luta tradicional da juventude, setor mais radicalizada da sociedade. As escolas militares são em um enclave da burguesia nos principais locais de discussão e organização política do país, seu fim é uma derrota para a ditadura e o fascismo.

10. Abaixo a repressão: dissolução da PM e de todo aparato repressivo; legalização das drogas.

11. Por candidaturas de jovens e lutadores pelas reivindicações da juventude e dos trabalhadores